

20 MAR 1935

Já não se pode mais duvidar de que o governo da Nova República esteja firmemente decidido a dar prioridade ao combate da inflação, pois, empossado há poucos dias, logo tratou de o demonstrar por medidas concretas. Os governos emanados da revolução de 1964, com exceção talvez do primeiro, jamais ousaram tomar providências tão drásticas e incisivas como estas de agora, que, sem atingir o contribuinte, afetam precipuamente o setor público. É provável que a Nação seja chamada a empenhar-se na cruenta luta contra a inflação, mas somente depois que o próprio governo, por seus atos, tiver dado o exemplo.

Antes mesmo da solenidade de posse, havíamos ressaltado que medidas drásticas — mas não medidas de impacto — seriam tomadas logo que o novo governo assumisse o poder. De início, patentear-se-ia a vontade, do novo governo, de criar condições para dar mais um passo à frente e, notadamente, de promover amplo diálogo sobre o pacto social. Nota-se que, apesar da ausência de seu idealizador, o processo se desenvolve de acordo com as previsões.

É mister entender claramente o

significado e as conseqüências das decisões que acabam de ser tomadas. Antes de tudo, porém, deve-se entrever a atitude fundamental que as inspira. O governo está convencido de que antes de se empreender qualquer programa de retomada do crescimento, conformemente a seu objetivo, é preciso dominar a inflação, que parece haver escapado, por motivos especiais, ao controle do governo anterior. Ora, a nova equipe governamental está persuadida de que a inflação se origina no crescimento monetário desmesurado, provocado pelo déficit do setor público. Não se justificaria conter a expansão da moeda sem reduzir simultaneamente o déficit. Mas essas medidas devem não só fazer declinar a inflação (o que constitui o melhor meio de consolidar a retomada da demanda) como também a taxa de juros, tornando possíveis os investimentos, sem os quais não há verdadeiro crescimento econômico.

Adotando medidas que talvez venham a afetar, por algum tempo, certos setores da economia, mas que, em contraste com um aumento da carga tributária, que seria repassado aos preços, não fomentam a inflação,

o governo poderá amealhar recursos que reduzirão a base monetária, neutralizando, deste modo, eventuais tendências inflacionárias. Os novos cortes nos gastos do setor público surtirão o efeito não só de reduzir o déficit como também de forçar a melhora da produtividade do setor, que se tornará mais eficiente.

O governo tem outra prioridade: pagar as dívidas. Os presidentes das empresas estatais, que, com grande leviandade, estão encarregando o Banco do Brasil de pagar suas dívidas externas, serão doravante responsabilizados se faltarem a seus compromissos. Esperamos que as exigências apresentadas com vistas à dívida externa sejam logo estendidas à dívida interna, aos fornecedores e empreiteiros.

Suspensão temporária de empréstimos e cortes definitivos nos gastos públicos são medidas que devem produzir choque proveitoso no sentido de se conseguir uma mudança de expectativa no tocante à taxa de inflação e possibilitar a redução das taxas de juros. Com tais medidas, o governo espera preparar o terreno para iniciar, com os sindicatos operários, o diálogo sobre o pacto

social e, além disso, para reiniciar as conversações com o FMI.

Se o governo der o exemplo da austeridade, sem afetar negativamente a Nação, estará no direito de requerer a cooperação de todos para o mesmo fim: das empresas, para que não fixem seus preços em função de uma expectativa de inflação infundada; dos sindicatos, para que renunciem, diante de perspectiva melhor, a reajustes salariais trimestrais, que só criam ilusões.

Não teria sido recomendável o governo reiniciar as conversações com o FMI antes de demonstrar sua disposição de tomar medidas drásticas para conter a inflação. Mas, ao mesmo tempo, o governo espera, do organismo internacional, posição mais realista quanto a suas exigências. Importa compreender que o governo não pretende desencadear outra recessão. Expõe-se, sim, ao risco de retardar um pouco o processo de recuperação da demanda, a fim de criar condições para um desenvolvimento mais duradouro e mais firme. Não há dúvida de que se trata de uma aposta que só cabe num clima de credibilidade e só com o apoio da Nação poderá surtir os resultados ambicionados.